

REFLEXOS DE LIMITAÇÕES INSTITUCIONAIS: A QUESTÃO DE GÊNERO NA MINUSTAH

REFLEXES OF INSTITUTIONAL LIMITATIONS: THE GENDER ISSUE IN MINUSTAH

Stella Maria Vargas Resende¹

Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa
Escola Superior de Guerra (ESG)
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

Resumo: O artigo discute, a partir do estudo de caso da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, a efetividade da Organização das Nações Unidas no tratamento da questão de gênero em Operações de Paz, e pondera os esforços de militares e civis brasileiros para o cumprimento dessa agenda, com destaque para a presença de mulheres militares. Para tal, analisa as Resoluções do Conselho de Segurança relacionadas, além de operacionalizar revisão bibliográfica, documentos oficiais da Organização e entrevistas.

Palavras-chave: Organização das Nações Unidas. Operações de Paz. Gênero, Brasil. MINUSTAH.

Summary: From the case study of the United Nations Stabilization Mission in Haiti, this article discusses the effectiveness of the United Nations in addressing the gender issue in Peace Operations and it considers the efforts of Brazilian military and civilians to comply with this agenda, especially by the presence of military women. To this end, it analyzes the related Security Council Resolutions, as well bibliographic review, official documents of the Organization and interviews.

Key-words: United Nations. Peacekeeping Operations. Gender. Brazil. MINUSTAH.

Recebido: 13/07/2019

Aprovado: 25/07/2019

Introdução

Quando se fala de questão de gênero em Operações de Paz (OPPs), a temática mais visitada pela Academia é a violência contra a mulher, definida em 1994, pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (ONU, 2013) como: “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, tanto no âmbito público como no privado”. Alguns exemplos seriam: maus-tratos, estupro, violação, assédio, abuso sexual e prostituição forçada. Gênero é considerado, para efeitos desse trabalho, uma categoria analítica que acolhe todas as metodologias e mecanismos específicos para o estudo das construções sociais e culturais próprias para homens e mulheres, e que assume a existência de uma distribuição desigual de poder entre os sexos em todas as classes.

¹ stellamvr@gmail.com

A abordagem sobre mulheres em OPPs em artigos acadêmicos, estudos de caso e entrevistas concedidas por vítimas (CARPENTER, 2005; JENNINGS 2014; CSAKY, 2008), tende a posicionar a mulher – tanto local quanto estrangeira – como vítima no contexto de guerra ou caos político. Esse tom de fragilidade do gênero feminino é dado tanto pelos Governos de Estado quanto pela Organização das Nações Unidas (ONU), como veremos ao longo do trabalho.

A título de exemplificação, os Departamentos de Operações de *Peacekeeping* e de Suporte de Campo da ONU (*Department of Peacekeeping Operations - DPKO* e *Department of Field Support - DFS*), nas diretrizes “Integrando uma Perspectiva de Gênero ao Trabalho dos Militares das Nações Unidas nas Operações de Paz”, lançadas em 2010, sugerem vulnerabilidade principalmente ao abordar o grande número de casos reportados de violência sexual e doméstica contra a mulher, incluindo-a nos grupos vulneráveis juntamente com mães de leite e idosos.

Segundo dados das Nações Unidas, mulheres e meninas compõem a maioria das populações deslocadas e refugiadas. Além disso, têm menos recursos para se proteger e são os alvos principais de abusos sexuais como tática de guerra. Segundo a diretora-executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2016), dentre as dificuldades enfrentadas por elas estão: a falta de acesso à educação, a serviços reprodutivos, ao cuidado médico e à participação na vida econômica e política.

Buscando atentar a essa temática, a partir de 2000, o Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas introduziu o tema Mulheres Paz e Segurança (MPS) em sua agenda, por meio da Resolução 1325.

A referida Resolução tentou buscar a equidade de gênero por meio do reconhecimento de que mulheres poderiam e deveriam desempenhar papel efetivo e ativo na busca pela paz, além de ressaltar necessidades específicas femininas no contexto de *peacebuilding* e *peacekeeping* (RESENDE, 2017, p. 87). Suas demandas abordam, dentre outros temas, a necessidade de incorporar uma perspectiva de gênero nas operações de *peacekeeping* e medidas especiais para proteger mulheres e meninas de violências baseadas em gênero (S/RES/1325, 2000).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo verificar se há e quais seriam as limitações por parte da ONU no tratamento da questão de gênero no contexto das OPPs, além de analisar os esforços dos contingentes militares e civis brasileiros para o cumprimento desta agenda. Para tal, será conduzido um estudo de caso da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), escolhida pelo fato de seu componente militar ter sido liderado pelo Brasil durante seus 13 anos de duração, no período de maior consciência institucional e internacional sobre a temática de gênero.

Após uma breve localização histórica, o trabalho analisa quantitativa e qualitativamente as 20 Resoluções do Conselho de Segurança da ONU relacionadas à OPP em questão, buscando

avaliar de que forma se dá o discurso institucional em relação à temática de gênero. Posteriormente, esclarece o organograma utilizado pela Organização sobre o tema em missões de paz, além de descrever algumas particularidades dos cargos e projetos desenvolvidos. Após a exposição desses tópicos, discute a efetividade da operacionalização dos projetos oferecidos pela MINUSTAH em solo haitiano.

Por último, tentar-se-á verificar se a presença de mulheres militares em território haitiano alterou, de modo positivo, a disposição das mulheres haitianas para atuarem ativamente na reconstrução de suas sociedades ou no processo de paz. Essas análises serão baseadas tanto em documentos oficiais do DPKO, DFS e do CS, quanto em entrevistas concedidas por civis e militares brasileiras à autora. Estas entrevistas, semiestruturadas, foram realizadas entre abril e junho de 2018, objetivando captar a percepção dos entrevistados sobre: 1) a preparação de militares mulheres para o trabalho de campo; 2) os pontos positivos e negativos nos esforços de gênero na MINUSTAH; e 3) as relações existentes entre a presença de mulheres *peacekeepers* e a promoção de igualdade de gênero em solo haitiano. A proporção de mulheres e homens entrevistados foi de 5:1, com anonimato garantido para todos.

É importante salientar que a escolha por captar a percepção brasileira sobre as questões aqui discutidas se deu pela impossibilidade temporal e geográfica de a autora de coletar entrevistas aprofundadas com nacionais haitianas. Porém, esta reconhece a importância de um trabalho futuro captando as percepções locais com igual profundidade.

Mesmo assim, a pesquisa aqui disposta não perde sua validade, uma vez que as percepções dos Países que Contribuem com Tropas (*Troop Contributing Countries*, TCCs) convertem-se diretamente em esforços de adaptação e aprimoramento futuros do trabalho exercido internacionalmente.

1. Antecedentes Históricos

A MINUSTAH se instalou num país com noções bem definidas dos papéis de gênero. Como percebemos em outros locais do mundo, “as mulheres haitianas gozam de status social, político e econômico desigual com relação aos homens” (GIANNINI & COSTA, 2017).

Segundo Charles (1995), os papéis de gênero, relações domésticas e conjugais reforçam a subordinação das haitianas. Ainda compete às mulheres a esfera privada do lar e da domesticidade. O Haiti também tem por característica uma sociedade civil pouco desenvolvida, o que leva ao não reconhecimento das mulheres como cidadãs e atores políticos iguais, mas sim como esposas e filhas em relação de dependência. Embora as mulheres tenham exercido um papel central desde a formação do Estado haitiano, mesmo não atuando na esfera formal da política, o Estado haitiano tem por padrão a discriminação e exclusão de mulheres. O autor defende que a existência desse

padrão social não significa que as mulheres haitianas não sejam ativas na luta pela igualdade de direitos. Em contraposição, Giannini (2015) ressalta que após o terremoto ocorrido no país em 2010, o movimento feminista haitiano foi bastante prejudicado devido à morte de importantes líderes e à perda de infraestrutura.

A MINUSTAH se sucedeu em razão do Golpe de Estado ocorrido no país no início de 2004. Em 30 de abril do mesmo ano, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1542 (2004) criando a Missão para atuar originalmente em três frentes: 1. Segurança e estabilidade; 2. Processo político; e 3. Direitos Humanos.

Em relação ao primeiro item, cabia à MINUSTAH: dar suporte ao Governo de Transição no monitoramento, reestruturação e reforma da Polícia Nacional Haitiana; prover assistência em relação à Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), controle de armas e segurança pública; auxiliar na restauração e manutenção do estado de direito, segurança e ordem públicas; proteger o pessoal, equipamentos e instalações da ONU, além de civis em ameaça iminente de violência física.

Já em relação ao processo político, a missão apoiaria o processo constitucional e político em andamento dando assistência ao Governo de Transição na produção de diálogo nacional de reconciliação; na organização, monitoramento e realização de eleições livres e justas; e na ampliação da autoridade do Estado por todo o Haiti. Por fim, no que diz respeito aos Direitos Humanos, a função da MINUSTAH seria apoiar tanto o Governo, quanto as instituições e grupos ativistas locais na promoção e proteção dos direitos humanos, além de monitorar e informar a comunidade internacional sobre o tema (S/RES/1542, 2004).

Nos anos seguintes, a Missão sofreu diversos ajustes para se adaptar às novas circunstâncias no terreno. O período que se seguiu até 2007 deu lugar a uma série de pacificações em Porto Príncipe: os militares da ONU foram responsáveis por desarticular as gangues e garantir a segurança e legitimidade de manifestações pacíficas; iniciar um diálogo com a Polícia Nacional; e assegurar e transportar os equipamentos para as eleições de 2005. Nesse contexto, de 2007 a 2010, o cenário é de maior segurança; livre produção e circulação da mídia; economia crescente; aumento considerável dos Projetos de Impacto Rápido (*Quick Impact Projects - QIPs*) (HAMANN et al, 2017); e previsão de novas eleições em 2010. Saliente-se que o objetivo dos QIPs é contribuir para credibilidade, confiança e aceitação do mandato, por meio de projetos de pequena escala e baixo custo, geralmente nas áreas de infraestrutura básica, fornecimento de equipamentos, geração de empregos, capacitação e saúde (UN POLICY, 2013).

Entre 2010 e 2016, o país foi atingido por um terremoto, um surto de cólera e um furacão. Esses acontecimentos deixaram cerca de 222 mil mortos – dentre os quais 96 soldados da ONU; milhares de feridos ou incapacitados; 1,5 milhões de desabrigados; e cerca de 19,5 mil

hospitalizados, marcando o início de uma nova etapa na missão. As unidades especializadas civis e militares da ONU deram reforço nas atividades de busca, salvamento e hospitalares; assistência técnica, operacional e logística às instituições do Governo e Estado; recuperação, reconstrução e estabilidade no país. Houve aumento considerável dos contingentes militar e policial e maior foco em QIPs relacionados a infraestrutura e saúde.

Após a conclusão das eleições presidenciais em 2011, a MINUSTAH trabalhou para cumprir seu mandato original. A Resolução 2350 (2017) determinou o final da missão para dia 15 de outubro de 2017, caracterizando o último ano pela volta gradual dos contingentes militares aos seus países de origem.

Como já mencionado, a escolha da MINUSTAH como estudo de caso se deu pelo fato de o Brasil ter liderado o componente militar durante seus 13 anos de duração, devido a sua importância estratégica na América Latina. Desde o início da Operação, o Brasil foi o país a mais contribuir com tropas, tendo cerca de 37,5 mil soldados brasileiros, organizados em 26 contingentes em sistema de rodízio, servidos no Haiti até o final da missão (MENDONÇA, 2017). Tais contingentes dividiam-se em três unidades militares: um Batalhão de Infantaria (BRABAT), um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (BRAMAR) e uma Companhia de Engenharia Militar (BRAENGCOY). No total, mais de 96 mil soldados de paz integraram a OPP, que teve a contribuição de 20 países (ONU NEWS, 2017). Pode-se perceber, portanto, que além de ocupar a posição de comando, o Brasil ficou responsável por quase 40% de todo componente militar da Missão haitiana.

As primeiras mulheres militares – três oficiais do exército e uma da marinha – chegaram em território haitiano somente no 6º Contingente, denominado Força Jauru, no final de 2006 (LESSA, 2007, p.98). Ao longo dos 13 anos de Missão foram enviadas apenas 203 militares brasileiras, entre oficiais e praças. Elas exerceram diversas funções: enfermeiras, dentistas, médicas, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogas, farmacêuticas, veterinárias, tradutoras/intérpretes, advogadas, relações públicas, administradoras e comunicadoras sociais (COSTA, 2018).

2. A Persistência da Fragilidade

Como visto, a ONU promoveu, a partir de 2000, uma série de ações relacionadas à transversalização de gênero em missões de paz, ao empoderamento feminino e à igualdade e equidade de gênero. Nesta sessão do trabalho, faremos uma análise das 20 Resoluções do Conselho de Segurança associadas à MINUSTAH, para verificar se a retórica institucional do Conselho corresponde a esses esforços.

Após a análise dos documentos, contabilizamos o número de ocorrências das palavras *gender* (gênero, em português) e *women* (mulheres, em português). Tais palavras foram escolhidas por considerarmos as mais representativas no que diz respeito ao vocabulário institucional da ONU

para tratar da temática de gênero. Após a pesquisa quantitativa, qualificamos seus usos dentre acepções positivas, negativas e neutras. Acepções positivas seriam, por exemplo: operacionalização dessas palavras para salientar a importância da Agenda MPS; dos direitos humanos e da mulher; da participação feminina na política; implementação e propagação da perspectiva de gênero; e melhoria das condições de vida das mulheres. Foram consideradas acepções negativas: o uso dessas palavras para salientar a fragilidade da mulher; chamar atenção à violência sexual ou baseada em gênero; ou alocar mulheres nos grupos vulneráveis. Após a análise dos mesmos, faremos breves considerações sobre as acepções consideradas neutras. Os resultados são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1 - Frequência e qualificação das palavras *GENDER* (gênero) e *WOMEN* (mulheres) nas Resoluções do Conselho de Segurança relativas à MINUSTAH - 2004 a 2017.

ACEPÇÕES	N
Acepção positiva do termo <i>Gender</i>	5
Acepção neutra do termo <i>Gender</i>	0
Acepção negativa do termo <i>Gender</i>	23
Total de ocorrências do termo <i>Gender</i>	28
Acepção positiva do termo <i>Women</i>	35
Acepção neutra do termo <i>Women</i>	6
Acepção negativa do termo <i>Women</i>	31
Total de ocorrências do termo <i>Women</i>	72

Fonte: Elaboração da autora, com base nas seguintes resoluções do Conselho de Segurança da ONU: 1542 (2004), 1576 (2004), 1601 (2005), 1608 (2005), 1658 (2006), 1702 (2007), 1743 (2007), 1780 (2007), 1840 (2008), 1892 (2009), 1908 (2010), 1927 (2010), 1944 (2010), 2012 (2011), 2070 (2012), 2119 (2013), 2180 (2014), 2243 (2015), 2313 (2016) e 2350 (2017).

Em se tratando do termo *gender*, percebe-se que as resoluções relativas à missão recaem em uma contraditoriedade: embora o objetivo da ONU seja encorajar o empoderamento e a participação feminina na política, além de promover a perspectiva de gênero nas áreas de *peacekeeping*, percebemos que o discurso utilizado tende a salientar a suposta fragilidade e vulnerabilidade femininas.

Das 23 vezes em que *gender* foi mencionado com acepção negativa, o vocábulo veio acompanhado da expressão “violência sexual ou baseada em gênero” ou “crime sexual ou baseado em gênero”, salientando a vulnerabilidade. Fato é que esses tipos de violência foram frequentes durante a missão no Haiti e devem ser tratados com cuidado. Ao serem abordados, as resoluções mencionavam a preocupação que esta temática trazia à Organização e se voltavam para esforços em

prol de sua eliminação. Contudo, aqui nos interessa perceber a falta de proporcionalidade no tratamento da temática de gênero, na medida em que a palavra é mencionada muito mais para abarcar o aspecto negativo do abuso, do que o aspecto positivo do *gender mainstreaming*.

Vale salientar que a locução *gender mainstreaming* é definida pelo DPKO e pelo DFS como

[...] uma forma de garantir que as preocupações, requisitos e opiniões de mulheres e homens estão igualmente incluídos em todos os aspectos da manutenção da paz. Isso significa que cada componente de uma missão de paz (uniformizado e civil, substantivo e de apoio) inclui a perspectiva de gênero em todas as suas funções e tarefas do início ao fim (UN DPKO/DFS., 2014, p. 21-22, tradução livre).

Ainda, *gender mainstreaming* foi operacionalizada apenas uma vez, dentre todos os 20 documentos, na Resolução 2350 (2017) e, mesmo assim, não se refere à MINUSTAH em si. Essa resolução trata do fim da missão e de sua substituição pela missão seguinte, denominada MINUJUSTH, ou seja, “Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti”, criada por meio da Resolução 2350 (2017), com foco no apoio ao diálogo político e ao fortalecimento da Polícia Nacional do Haiti, de suas instituições judiciais e penais e dos direitos humanos. Até o momento a missão não conta com componentes militares. Nesse sentido, a expressão *gender mainstreaming* é feita em relação a essa última Missão.

Já a palavra *women*, por uma pequena diferença, foi utilizada em sua maioria de forma positiva, como nas situações apresentadas. Em relação às ocorrências negativas, prevaleceram referências à violência contra a mulher e a definição de mulheres como membros de grupos vulneráveis.

Após a análise das resoluções percebeu-se uma dificuldade em qualificar o uso da palavra *women* em uma situação específica: a “questão das detenções preventivas prolongadas e da superlotação das prisões, com especial atenção às mulheres e crianças” (S/Res/2012, 2011, tradução da autora).

A dificuldade se deve ao fato de que podemos enxergar a mesma frase de duas formas: por um lado, pela noção de que a mulher está sendo tratada de forma especial, pois é considerada vulnerável no ambiente prisional; ou, por outro, destacando-a simplesmente por possuir particularidades intrínsecas ao gênero feminino que nada tem a ver com vulnerabilidade, como menstruação, gravidez e amamentação. Particularidades essas que demandam, por exemplo, atenção a artigos de higiene e medicações. Por este item dar margem a interpretações positivas e negativas, decidimos tratá-lo à parte, como neutro.

Percebe-se, portanto, que de forma geral ainda há certa persistência em referenciar gênero e mulheres majoritariamente por construções frasais negativas ou que chamam atenção para aspectos femininos considerados negativos, embora o objetivo final de todos estes documentos seja o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária entre homens e mulheres. Nota-se

também, a ausência da palavra *empowerment*, largamente utilizada nas resoluções da Agenda MPS, referindo-se ao empoderamento feminino. Em relação à MINUSTAH a palavra é aplicada uma única vez, na Resolução 2243 (2015), referindo-se ao fortalecimento do poder econômico feminino.

Abordadas as dificuldades e contradições persistentes no discurso das Nações Unidas associados à mulher e à questão de gênero, exporemos, a seguir, algumas de suas consequências no contexto de *peacekeeping*.

3. Responsabilidades e Voluntarismos

Segundo o “*Gender Forward Looking Strategy 2014-2018*” do DPKO e do DFS (2014), existem quatro papéis a serem cumpridos em relação a gênero numa missão de paz. São eles: os Conselheiros de Gênero (*Gender Advisers*); os Pontos Focais de Gênero (*Gender Focal Points*); os Conselheiros de Proteção para Mulheres (*Women’s Protection Advisers*); e, por último, os Pontos Focais para Mulheres (*Focal Points for Women*).

São responsabilidades dos Conselheiros de Gênero: aconselhar as lideranças da missão e componentes militares, policiais e civis em questões de gênero; fornecer suporte técnico para orientar a integração e implementação das perspectivas de gênero nas políticas, instrumentos de planejamento, e relatórios de todas os componentes; contribuir para a capacitação de parceiros nacionais e locais; coordenar com os parceiros da ONU os mecanismos globais de integração de gênero; desenvolver e supervisionar a realização de treinamento em integração e combate à violência baseada em gênero para todo o pessoal de manutenção da paz; e coordenar com os conselheiros de proteção da mulher.

Já os Pontos Focais de Gênero são responsáveis por: aconselhar as lideranças e componentes militares, policiais e civis de missões que não possuem uma Unidade de Gênero; garantir que todos os componentes da OPP integram efetivamente a igualdade de gênero em suas áreas de trabalho; e reforçar a capacidade de todos os componentes da missão para abordar a temática. Além disso, componentes específicos da Operação de Paz podem ter Pontos Focais de Gênero que se concentram em simplificar o Gênero nos planos, atividades e relatórios do componente.

Os Conselheiros de Proteção para Mulheres têm como função: aconselhar as lideranças, componentes militares, policiais e civis da missão na integração de todas as questões de violência sexual relacionada ao conflito (*Conflict Related Sexual Violence - CRSV*); estabelecer e supervisionar a implementação do monitoramento, análise e relatórios (*Monitoring, Analysis and Reporting Arrangement - MARA*) sobre o CRSV; trabalhar em estreita colaboração com os componentes dos Direitos Humanos; envolver-se no diálogo com todas as partes do conflito para obter compromissos para prevenir, garantir a responsabilidade das mesmas por incidentes e padrões de CRSV e coordenar a resposta a esses casos; além de ministrar treinamento sobre CRSV para

todo o pessoal de manutenção da paz.

Por último, os Pontos Focais para Mulheres devem identificar e facilitar estratégias que promovam o desenvolvimento de carreira, mobilidade e representação de pessoal civil feminino dentro do DPKO e do DFS (UM DPKO/DFS, 2014).

Para além das posições mencionadas, a MINUSTAH contou com uma Unidade de Gênero (*Gender Unit*), ligada ao componente civil; um grupamento de gênero ligado ao componente policial; e a célula G9, ligada ao componente militar. A Unidade de Gênero tinha por objetivo a promoção do equilíbrio e da transversalização de gênero em todas as ações realizadas na missão, ou seja, garantir que as preocupações, opiniões e necessidades de homens e mulheres fossem levados em consideração em todos os componentes (ENTREVISTADA C, 2018; GIANNINI & COSTA, 2017). A Unidade também atendia denúncias de abuso e exploração sexual e organizava atividades de cunho social voltadas à população haitiana. O grupamento de gênero do componente policial, por sua vez, fazia um esforço de capacitação e treinamento de haitianas para o serviço policial. Já a célula G9 promovia atividades de Cooperação Civil Militar (CIMIC) relacionadas a gênero.

Criou-se também o Comitê de Trabalho Feminino (*Women Work Committee - WWC*), formado por todo componente militar feminino na MINUSTAH. O grupo se iniciou como uma iniciativa de socialização entre as militares das diferentes unidades, promovendo atividades de lazer como sessões de cinema e torneios esportivos. Porém, aos poucos, houve o incentivo da Unidade de Gênero para que essas mulheres também utilizassem esse espaço para a discussão de gênero, na tentativa de aumentar a sensibilidade destas à Agenda MPS (ENTREVISTADAS A e C, 29/04 e 24/05/2018; GIANNINI & COSTA, 2017). Vale ressaltar que o WWC era um grupo informal e que todas as suas atividades tinham que ser aprovadas pelos comandantes das respectivas unidades militares. Discutiremos as atividades desenvolvidas mais adiante.

Um dos principais problemas relatados pela Entrevistada C, do componente civil da MINUSTAH, foi a dinâmica de voluntarismo que se dá no cumprimento de algumas funções designadas pelo DPKO na medida em que não existiam mecanismos de monitoramento de trabalho. Segundo ela, as únicas funções oficiais de gênero existentes na missão, seriam a SGA (*Senior Gender Adviser*) e a Unidade de Gênero do componente civil. As demais funções, mesmo determinadas no *Gender Forward Looking Strategy* do DPKO e do DFS (2014), eram tratadas com certa informalidade, justamente por não serem efetivamente monitoradas. Para a entrevistada, o papel da ONU se torna muito discursivo e pouco prático, na medida em que são lançados documentos, mas não são despendidos esforços em monitoramento e sanções para que de fato essa agenda seja cumprida.

[...] nas outras unidades do componente civil, a gente tinha uma designação informal, ou seja, o chefe designava uma pessoa da sua unidade pra ser o *Gender Focal Point*, o Ponto Focal de Gênero. [...] O engajamento dos coordenadores das

unidades e das equipes depende do coordenador querer gastar o tempo dele com aquilo ou não. [...] Então, assim, de fato isso existe na missão da unidade de gênero, então não é tão informal assim. Agora, o que eu tô dizendo é que a execução disso não tinha nenhum monitoramento. Então, se um diretor de missão, da unidade prisional, quisesse participar da *Gender Task Force*² ele mandava alguém pra participar. Se ele não quisesse... Entendeu? [...] Não tinha um rigor na implementação dessa agenda (ENTREVISTADA C, 24/05/2018).

A entrevistada aponta algumas razões pelas quais os profissionais em questão não estariam dispostos a executar o trabalho proposto. Em primeiro lugar, a falta de interesse e a pouca valorização da agenda de gênero pelo pessoal da ONU e, em segundo, a falta de treinamento recebido pelos profissionais para lidar com a questão. Não havia garantias de que a pessoa designada para comandar a célula G9, por exemplo, teria treinamento na área.

Aqui, faz-se necessário um parêntesis, para tratar do treinamento recebido pelos militares anteriormente e durante a missão: mesmo que a ONU tente padronizar seus cursos de formação em OPPs ao redor do mundo, a maioria das capacitações recebidas continua sendo de inteira responsabilidade dos TCCs – sem instruções específicas da Organização.

No Brasil, essa capacitação era concedida desde 2005 pelo Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz) até sua substituição em 2010 pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). No que concerne à temática de gênero, são abordados no curso: “implementação de políticas sobre mulher, paz e segurança; questões de gênero na área da missão; abuso e exploração sexual; proteção de civis; proteção de crianças e respeito à diversidade”. (GIANNINI & COSTA, 2017). Também faz parte do treinamento a cooperação civil-militar com universidades, agências da ONU e sociedade civil, por meio de módulos de treinamento relacionados a Agenda MPS. Ainda assim, a temática de gênero só ganhou peso significativo na capacitação de militares brasileiros a partir de 2013 (ENTREVISTADA A, 29/04/2018), treze anos depois do lançamento da Resolução 1325 e nove anos depois do início da MINUSTAH.

Para além do treinamento anterior, assim que chegam ao local da missão, todos os componentes – civil, militar e policial – passam por um Curso de Indução (*Induction Training Course* - ITC). Uma das responsabilidades da Unidade de Gênero na MINUSTAH era conduzir um módulo de gênero. Porém, devido à formatação do curso, este módulo era bem curto, com cerca de hora e meia de duração. Mesmo assim, a Entrevistada não considera que o pouco tempo dedicado à apresentação de questões de gênero no Curso de Indução seja justificativa suficiente para a sensação de despreparo sentida pelos Pontos Focais de Gênero designados.

Ocorre que uma das funções da *Gender Task Force* era realizar capacitações sobre a temática para seus membros e, segundo ela, “se as pessoas não se sentiam formadas, elas podiam ir

² Grupo de funcionários da Unidade de Gênero e Pontos Focais de Gênero de todas as unidades, que tinham como objetivo discutir estratégias para promover a perspectiva de gênero na missão.

[organizar capacitações], podiam inclusive participar do esforço para se formarem melhor, para se fortalecerem no assunto para poder cumprir o mandato” (ENTREVISTADA C, 24/05/2018).

Percebemos, portanto, que o engajamento do pessoal da Organização em fazer cumprir tanto a Agenda MPS quanto às demandas das resoluções associadas à própria MINUSTAH ainda não é suficiente para que ocorra uma mudança prática nos paradigmas da Organização em relação ao tema. Far-se-á a partir de agora, descrições de alguns dos projetos vinculados a gênero realizados pelos componentes civil e militar da MINUSTAH. Nosso objetivo será discutir sua efetividade e principais diferenças práticas entre eles.

4. Assistencialismo *versus* Formação

Como visto na seção anterior, em diferentes níveis, todos os três componentes tinham alguma atuação focada em gênero. É importante diferenciar dois tipos de projetos distintos: o primeiro, de cunho assistencialista – pontual e passageiro – desenvolvido em sua maioria em atividades CIMIC, normalmente ligadas às áreas de saúde e educação; e o segundo, de apoio a ONGs haitianas, com pretensão de fortalecê-las para atuação assertiva local após o fim da missão.

É essencial diferenciar, também, os alvos das atividades desenvolvidas. Mesmo efetuando projetos assistencialistas que de alguma forma contribuíram para o empoderamento de mulheres haitianas, através do WWC, esse não era foco principal do componente militar.

No tocante ao tema, esse componente era voltado principalmente ao empoderamento das próprias militares – trabalho também extremamente necessário, tendo em vista as dificuldades encontradas por mulheres no ambiente militar (GIANNINI et al, 2017; MARIUZZO, 2017; MATOS, 2016; SILVA, 2008). Nesse ínterim algumas das atividades desenvolvidas foram: seminários sobre direitos sexuais e reprodutivos, saúde mental da mulher e reflexões sobre o papel da mulher militar em cada país. Por outro lado, a Unidade de Gênero do componente civil sim, tinha como prioritário o empoderamento de mulheres haitianas. Descreveremos agora alguns dos projetos desenvolvidos em cooperação com ambos os componentes, organizados por temáticas.

Em relação à educação sexual, foram realizadas palestras abordando a importância da denúncia formal de casos de abuso e exploração sexual, mecanismos de proteção à mulher, o uso de contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis. Essas explanações eram feitas em sua maioria por médicas e enfermeiras militares, com o intuito de conscientizar o público feminino da importância desses temas e propiciar um ambiente de maior confiança para que mulheres e meninas haitianas se sentissem mais confortáveis em denunciar ou explanar suas vivências em relação a estupro e outros tipos de violência sexual.

Este tipo de iniciativa encontrou certas barreiras. Dados culturais de subordinação, exclusão e discriminação de mulheres, como visto, dificultavam o trabalho da MINUSTAH em tratar o tema.

Tanto pela influência da igreja no local – dificultando o diálogo sobre métodos contraceptivos e quaisquer outros temas ligados à sexualidade – quanto pelo consentimento prévio dos familiares das vítimas em relação à prática do crime, frequentemente recebendo em troca dinheiro ou mantimentos (ENTREVISTADA A, 29/04/2018). O estupro, por exemplo, somente se tornou ilegal no país em 2005, por meio do Artigo 278 do Código Penal haitiano.

No que diz respeito à profissionalização, nos dois últimos anos de missão, a BRAENGCOPY criou cursos segundo o modelo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) brasileiro, destinados a adolescentes órfãos de 13 a 18 anos. Cursos esses, nas áreas de hotelaria, elétrica, panificação, confeitaria, pintura, dentre outros. As aulas eram ministradas pelos profissionais em missão e os insumos para as lições também eram fornecidos pela BRAENGCOPY. O objetivo principal do projeto era formar jovens para que pudessem trabalhar na região de *resorts* e empresas do país, mediante a certificação dos cursos (ENTREVISTADA A, 29/04/2018). Mesmo que o objetivo principal desse projeto não fosse trabalhar a questão de gênero, consideramos importante ressaltar seu mérito no que tange ao empoderamento econômico das haitianas, que vivem em condição de disparidade e submissão ao masculino.

Ainda ocorreram oficinas voltadas para recreação infantil e distribuição de brinquedos em escolas e orfanatos; além de uma série de atendimentos gratuitos com médicas, dentistas e fisioterapeutas do componente militar, destinados à população carente haitiana.

Considera-se fundamental esclarecer que esses projetos não se deram de forma contínua durante os 13 anos de missão no Haiti. Eram desenvolvidos esporadicamente e em diferentes frequências ao longo dos anos de mandato. Ainda segundo a Entrevistada A, uma das avaliações feitas pela própria coordenação do projeto é a de que o mesmo se iniciou muito tardiamente. Embora os cursos profissionalizantes tenham tido sucesso, o fato de só terem ocorrido nos últimos dois anos de missão resultou na perda da oportunidade de que o trabalho alcançasse maior número de jovens haitianos.

A grande maioria de atividades realizadas pela cooperação civil militar, como vimos, não tinha como foco o empoderamento de mulheres haitianas. Evidente que de algum modo esses projetos auxiliavam no empoderamento das mulheres e meninas participantes, como no caso do empoderamento econômico por meio da profissionalização, ou no diálogo sobre abuso e exploração sexual. Porém, como mencionado anteriormente, embora esse trabalho fosse relevante e importante para a população, as ações de assistência social tinham um caráter pontual e temporário, e não possuíam magnitude suficiente para promover mudanças estruturais no local.

Em relação às atividades do componente civil, como a desenvolvida na Unidade de Redução da Violência Comunitária (*Community Violence Reduction - CVR*), financiando projetos sociais haitianos de redução de violência. Esse projeto em específico trabalhava com jovens, mulheres, ex-

detentos, dentre outros, buscando meios de reduzir a violência sexual e doméstica, e a propensão dos jovens a entrar em gangues, por exemplo.

Nos projetos de auxílio a ONGs realmente tinha-se uma preocupação maior em promover o *gender mainstreaming*, desde a inclusão de mulheres no planejamento do projeto quanto a desenvolver conteúdo específico para as mesmas e promover debates sobre a questão de gênero (ENTREVISTADA C, 24/05/2018).

Outra das ações do componente civil, desta vez por meio da Unidade de Gênero, foi o apoio ao Ministério da Condição Feminina haitiano, coordenando diversas ações com representantes da sociedade civil, agências da ONU e outros órgãos da missão, visando à maior participação de mulheres haitianas na política (GIANNINI & COSTA, 2017).

5. Potencialidades da Interação

Tentou-se verificar, ainda, se a presença de militares brasileiras em território haitiano alterou de modo positivo a disposição das mulheres haitianas para atuarem ativamente na reconstrução de suas sociedades ou no processo de paz. Durante as entrevistas, foi constatada a percepção unânime, e de certa forma previsível, de que a presença de mulheres em missões é, sim, benéfica para a população feminina local. A interação entre mulher estrangeira e mulher local em ambientes de *peacekeeping* foi considerada útil para a moral, autoconfiança e proteção das últimas. As entrevistadas afirmaram que as haitianas viam-se mais propensas a dividir informações de inteligência; denunciar maus tratos e cooperar com o pessoal em missão quando abordadas por uma mulher do que se abordadas por um homem.

Esse fenômeno já é largamente tratado pela academia que, para além da questão prática de sanar problemáticas femininas gerais, como a necessidade de materiais de higiene íntima, medicamentos e acesso a profissionais ginecologistas (GIANNINI, 2014), percebe a abordagem e comportamento femininos como particularmente benéficos. Há na academia o entendimento de que mulheres são mais propensas a desenvolver estratégias humanitárias, comportando-se menos agressivamente ao lidar com a população local. Isso faz com que homens e mulheres locais tenham a tendência de ver mulheres *peacekeepers* como mais acessíveis e menos intimidadoras que os homens, ajudando no diálogo e coleta de informações sobre a população (HENDRICKS & HUTTON, 2008, p.4).

Mais ainda, todos os entrevistados, alguns mais do que outros, exaltaram os benefícios para autoconfiança das haitianas ao se relacionarem com as capacetes azuis. Presenciar as militares em campo trazia, por vezes, um novo horizonte para o ser feminino, agora com mais possibilidades de estilos de vida, profissões e papéis sociais, do que apenas aqueles de inferioridade conferidos até então para a mulher haitiana. Viu-se na capacete azul, portanto, uma espécie de modelo.

Eu acho que a presença feminina é positiva em vários aspectos. Em missões em que tive contato com as mulheres percebi que elas ficavam bem mais autoconfiantes ao lidar com os militares de uma maneira geral. Sinto que, de alguma forma, a gente acaba servindo de modelo para elas, que geralmente nos tratam com muito carinho (ENTREVISTADA D, 16/05/2018).

Simultaneamente, constatou-se a percepção, também unânime, de que somente o contato e convivência entre mulher estrangeira e local foi insuficiente para provocar quaisquer mudanças estruturais na comunidade haitiana. Para além do número reduzido de capacetes azuis enviadas pelo Brasil para a Operação – representando apenas 0,54% do contingente militar brasileiro total –, essas mulheres ficavam quase sempre restritas a atender seus próprios soldados. Um ou outro cargo apenas tinham frequente contato com a população haitiana, como no caso das intérpretes, tradutoras e relações públicas.

Conclusão

Ao longo do trabalho discutiram-se algumas limitações da ONU no tratamento da questão de gênero em OPPs, a partir do estudo de caso da MINUSTAH. Após a análise quantitativa do uso das palavras *gender* e *women* e posterior qualificação delas nas Resoluções do Conselho de Segurança pertinentes, percebe-se que, de forma geral, ainda há certa persistência na utilização de construções frasais negativas em seu discurso institucional no que diz respeito a mulheres. Na maior parte das aparições, essas palavras eram acompanhadas das expressões “violência sexual ou baseada em gênero” ou “crime sexual ou baseado em gênero”, enquanto vimos apenas uma aparição da locução “gender mainstreaming” relativa à transversalização do tema.

Constatou-se também, por meio de entrevistas, uma dinâmica de voluntarismo em relação ao cumprimento de algumas funções relativas a gênero e seu tratamento deveras informal, devido à falta de efetividade em seu monitoramento. Explicações para essa prática seriam a falta de interesse e a pouca valoração da agenda pelo pessoal da ONU e certo despreparo dos profissionais para lidar com a questão.

Assim, concluiu-se que o papel da ONU se torna muito discursivo e pouco prático, na medida em que são produzidos documentos, mas não são despendidos esforços em monitoramento e sanções para que de fato essa agenda seja cumprida. Essa percepção remete novamente aos resultados da análise documental e à conclusão de que mesmo em seu discurso oficial, a instituição falha ao posicionar a mulher mais vezes em sua vulnerabilidade e menos em suas potencialidades.

Em relação à interação entre brasileiras e haitianas, as entrevistas revelaram que, por mais que esse intercâmbio seja considerado útil para a moral, a autoconfiança, a proteção e a criação de novos horizontes para as mulheres locais, concluiu-se que o contato e a convivência entre estrangeira e local produziu efeitos limitados, dada à característica assistemática dessa interação.

Referências

CARPENTER, R. C. (2005) Women, Children and Other Vulnerable Groups: Gender, Strategic Frames and the Protection of Civilians as a Transnational Issue. **International Studies Quarterly**, 49 (2): 295-334.

CHARLES, C. (1995) Gender and Politics in Contemporary Haiti: The Duvalierist State, Transnationalism, and the Emergence of a New Feminism (1980-1990). **Feminist Studies**, 21 (1): 135-64.

CSAKY C. (2008) **No one to turn to:** the under-reporting of child sexual exploitation and abuse by aid workers and peacekeepers, publicado em Refworld.org [https://www.refworld.org/docid/483c2a822.html]. Disponibilidade: 13/06/2019.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. (2000) **Resolução 1325**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325(2000)]. Disponibilidade: 22/06/ 2017.

_____. (2004) **Resolução 1542**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2004) **Resolução 1576**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1576(2004)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2005) **Resolução 1601**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1601(2005)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2005) **Resolução 1608**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1608(2005)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2006) **Resolução 1658**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1658(2006)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2007) **Resolução 1702**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1702(2006)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2007) **Resolução 1743**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1743(2007)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2007) **Resolução 1780**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1780(2007)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2008) **Resolução 1840**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1840(2008)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2009) **Resolução 1892**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1892(2009)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2010) **Resolução 1908**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1908(2010)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2010) **Resolução 1927**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1927(2010)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2010) **Resolução 1944**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1944(2010)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2011) **Resolução 2012**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2012(2011)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2012) **Resolução 2070**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2070(2012)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2013) **Resolução 2119**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2119(2013)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2014) **Resolução 2180**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2180%20(2014)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2015) **Resolução 2243**, publicado em UN.org [http://undocs.org/S/RES/2243(2015)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2016) **Resolução 2313**, publicado em UN.org [http://undocs.org/S/RES/2313(2016)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

_____. (2017) **Resolução 2350**, publicado em UN.org [http://undocs.org/S/RES/2350(2017)]. Disponibilidade: 24/06/2017.

COSTA, I. M. F. (2018) A presença de mulheres militares na MINUSTAH: contexto, expectativas e repercussões. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, 1 (13): 6-19.

GIANNINI, R. A. (2014) **Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira**, publicado em Igarapé.org [https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/05/AE-09_PROMOVER-GENERO-E-CONSOLIDAR-A-PAZ.pdf]. Disponibilidade: 28/12/2016.

_____. (2015) Da política à implementação: preenchendo as lacunas para a promoção de uma abordagem de gênero no Haiti. In HAMANN, E.P. (org.). **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 69-77.

GIANNINI, R. A. et al. (2017) **Situações extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras**, publicado em Igarapé.org [https://igarape.org.br/mulheres-forcas-armadas/pt/]. Disponibilidade: 10/11/2017.

GIANNINI, R. A.; COSTA, I. M. F. (2017) A incorporação de uma perspectiva de gênero pelo Brasil na MINUSTAH. In: HAMANN, E. P. & TEIXEIRA, C. A. R. (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: CCOPAB/Instituto Igarapé, 75-83.

HAITI. **Código penal**, publicado em Wipo.int [http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/fr/ht/ht010fr.pdf]. Disponibilidade: 25/06/2018.

HAMANN, E. et al. (2017) **Confiança em desenvolvimento: o Brasil e os projetos de impacto rápido**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé.

HENDRICKS, C.; HUTTON, L. (2008) Defence, reform and gender. In BASTICK, M. & VALASEK, K. (ed.). **Gender and security sector reform Toolkit**. Geneva Centre for the

Democratic Control of Armed Forces (DCAF), publicado em Dcaf.ch [http://www.dcaf.ch/sites/default/files/imce/GSSR%20Toolkit/EN_Tool%203.pdf]. Disponibilidade: 10/11/2017.

JENNINGS, K. M. (2014) Service, sex, and security: Gendered peacekeeping economies in Liberia and the Democratic Republic of the Congo. **Security Dialogue**, 45 (4): 313-30.

LESSA, M. A. G. (2007) **A Participação dos contingentes do exército brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. Dissertação de Mestrado em Administração Pública, apresentada à Fundação Getúlio Vargas (Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos do Carmo Motta).

MARIUZZO, P. (2017) Mulheres nas Forças Armadas desafiam o conceito de soldado. **Revista pré-Univesp**, publicado em Pre.univesp.br [http://pre.univesp.br/mulheres-nas-forcas-armadas-desafiam-conceito-de-soldado#.WGJwe_krK00]. Disponibilidade: 28/12/2016.

MATOS, D. J. et al. (2016) **Mulheres nas Forças Armadas: Desenvolvimento Histórico-Jurídico da Participação Feminina na Defesa Nacional**, publicado em Defesa.gov.br [http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/mulheres_nas_forcas_armadas-_desenvolvimento_historicojuridico_da_participacao_feminina_na_defesa_nacional_final_(1)]. Disponibilidade: 28/12/2016.

MENDONÇA, M. V.. (2017) Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti. In HAMANN, E. P. & TEIXEIRA, C. A. R. (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: CCOPAB/Instituto Igarapé, 58-65.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (2016) **Ações humanitárias devem incluir igualdade de gênero em suas estratégias, destaca coordenador da ONU**, publicado em Nacoesunidas.org [https://nacoesunidas.org/acoes-humanitarias-devem-incluir-igualdade-de-genero-em-suas-estrategias-destaca-coordenador-da-onu/]. Disponibilidade: 29/12/2016.

ONU (2013). **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**, publicado em Onumulheres.org [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencaobelem1994.pdf]. Disponibilidade: 22/06/2018.

ONU NEWS. (2017) **Haiti: ONU afirma que modelo da MINUSTAH pode ser replicado no mundo**, publicado em News.un.org [https://news.un.org/pt/story/2017/06/1588831-haiti-onu-afirma-que-modelo-da-minustah-pode-ser-replicado-no-mundo]. Disponibilidade: 25/06/2018.

REBELO, T. R.. (2012) **Lentes de gênero para as missões de paz: desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas**, publicado em Hdl.handle.net [http://hdl.handle.net/11449/109232]. Disponibilidade: 12/07/2019.

RESENDE, S. M. V. (2017) Uma questão de gênero: Mulheres, Forças Armadas e Operações de Paz. **Cadernos de Relações Internacionais**, 11 (2): 76-95.

SILVA, C. R. da. (2008) Gênero, Hierarquia e Forças Armadas: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres nos quartéis. **Associação Brasileira de Antropologia**, publicado em [http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/Premios/LeviStrauss/cristina.pdf]. Disponibilidade: 10/11/2016.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS AND DEPARTMENT OF FIELD SUPPORT. (2010) **DPKO/DFS Guidelines: integrating a gender perspective into the work of the United Nations military in peacekeeping operations**, publicado em UN.org [http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/dpko_dfs_gender_military_perspective.pdf]. Disponibilidade: 10/11/2017.

_____. (2014) **DPKO/DFS Gender Forward Looking Strategy 2014-2018**. Nova York: United

Nations, publicado em [Peacekeeping.un.org](https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/dpko-dfs-gender-strategy.pdf) [<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/dpko-dfs-gender-strategy.pdf>]. Disponibilidade: 25/06/2018.

_____. (2013) **Policy** - Quick Impact Projects (QIPs), publicado em [Unocha.org](https://www.unocha.org/sites/dms/Documents/DPKO_DFS_revised_QIPs_2013.pdf) [https://www.unocha.org/sites/dms/Documents/DPKO_DFS_revised_QIPs_2013.pdf]. Disponibilidade: 25/06/2018.